O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PARA ONDE VAI O DÓLAR?

OS PRIMEIROS sinais de 2017 se mostram promissores. Continuam as tendências de queda da inflação e mercado financeiro mais animado. Do lado da economia real, no momento, apenas o setor agropecuário – em toda a sua cadeia – já está sentindo alguma reação. Para os demais setores, a reação será mais lenta e desigual. O emprego deverá voltar somente no segundo semestre.

Deve-se dar atenção à valorização do real, pois ela é conjuntural. Talvez, alguns produtos comercializados em dólar possam ser estocados, aguardando o melhor momento para a venda.

A perspectiva de que a apreciação do real não é estrutural fica clara ao se observar a evolução das projeções para a taxa de câmbio da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil. Por mais que a moeda brasileira tenha apreciado nas últimas semanas, a projeção de um real mais desvalorizado sempre permanece. Em outras palavras, embora o valor da taxa de câmbio para o final do ano seja sempre revisado para baixo, a trajetória de desvalorização está sempre presente, sugerindo que o enfraquecimento do dólar talvez seja um fenômeno temporário.

O agronegócio deverá contribuir mais positivamente com o Produto Interno Bruto (PIB) nacional neste ano. Os resultados das feiras e das exposições deste primeiro semestre prometem faturamento superior ao do ano passado. A produção na safra 2015/16, de 186,1 milhões de toneladas, teve quebras devido a uma forte estiagem. Somente em soja e milho, as perdas somaram em torno de R$ 16 bilhões. Para a safra 2016/17, a colheita será maior, de 215,3 milhões de toneladas. Há preocupações em relação às exportações, em função de uma valorização do real frente ao dólar.

Como em todo início de ano, comparamos as rentabilidades médias das atividades agropecuárias com as de outras opções de investimento de capital. As atividades agropecuárias com o melhor resultado foram a soja e o milho, atrás do Ibovespa, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e da poupança. O arrendamento de cana também apareceu em boa posição, lembrando que, neste caso, o proprietário da terra não assume riscos – apesar de muitas usinas apresentarem alto nível de endividamento. Em posição oposta, entre as produções analisadas, o pior resultado foi obtido com a produção de leite de baixo emprego de tecnologia. Ainda que tenha apresentado resultado negativo, foi melhor do que o ouro e o dólar.

Na área de Comunicação, tem-se o desafio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na divulgação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). O número de alimentos analisados ainda é limitado, diante da dimensão do País e da variedade da dieta brasileira. Como em outros países, no Brasil, a maior parte das irregularidades está relacionada ao uso de pesticida em cultura não registrada. A presença de resíduos de pesticidas em um alimento não significa necessariamente risco para a saúde. A sociedade precisa estar mais bem informada para não ficar à mercê de especulações. Ninguém deve deixar de comer frutas e verduras por estas terem sido tratadas com pesticidas no campo, pois os benefícios do

consumo destes alimentos são muito maiores do que os potenciais riscos relacionados à presença de resíduos de pesticidas.

Estudo da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema Farsul) construiu projeções de produção e consumo de um grupo de produções agropecuárias para o período entre 2016 e 2026. Espera-se que os resultados permitam a elaboração de políticas públicas em três frentes: (i) nortear as escolhas dos acordos comerciais, com a utilização de critérios objetivos para mapear seu potencial; (ii) conferir se a política agrícola está calibrada para os cenários futuros; e (iii) avaliar se a infraestrutura está adequada para os níveis de produção atuais e futuros.

Na seção Abre Aspas, entrevistamos o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT), empossado no mês passado como presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A pauta de trabalho é densa e envolve a implantação de uma nova legislação nas leis ambientais e trabalhista rural, bem como a finalização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A esse rol cabe, ainda, ser incluída a Lei de Proteção de Cultivares e a solicitação antiga de desoneração fiscal dos insumos agropecuários.

Por fim, o Conteúdo Especial da Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) apresenta como tema a "Aposta na tecnologia e na produtividade". A entidade comemora o vigésimo aniversário e realiza o 10º Simpósio Nacional da Indústria de Suplementos Minerais neste ano. Nos últimos anos, o rebanho bovino brasileiro tem mostrado uma estabilidade no seu tamanho e as áreas de pastagens têm diminuído. Como a saída está montada na estratégia dos ganhos de produtividade, a suplementação mineral dos animais é uma prática indispensável, apesar de ocorrer em apenas um terço do rebanho. ■

